



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## 2.º SUPLEMENTO

### IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE — AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

### SUMÁRIO

#### Conselho de Ministros:

##### Decreto n.º 5/98:

Aprova o Regulamento do Exercício da Actividade de Estiva nos Portos Comerciais Nacionais.

##### Decreto n.º 6/98:

Concernente ao funcionamento do Cofre dos Tribunais.

### CONSELHO DE MINISTROS

#### Decreto n.º 5/98

de 24 de Fevereiro

A Política dos Transportes adoptada pelo Governo através da Resolução n.º 5/96, de 2 de Abril, preconiza a participação do capital privado na reabilitação, exploração e gestão de infra-estruturas dos serviços portuários.

Assim, torna-se pertinente extinguir o regime de exclusividade atribuída ao Estado para o exercício da actividade de estiva, através dos Caminhos de Ferro de Moçambique, nos termos do Diploma Legislativo n.º 56/72, de 6 de Junho.

Nesta conformidade, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 153 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. Cessa o regime de exclusividade atribuída ao Estado, exercida pelos Caminhos de Ferro de Moçambique, E. P. (CFM), para a exploração das actividades de estiva.

Art. 2. É aprovado o Regulamento do Exercício da Actividade de Estiva nos Portos Comerciais Nacionais, em anexo, que faz parte integrante do presente decreto.

Art. 3. São revogadas todas as disposições, constantes do Diploma Legislativo n.º 56/72, de 6 de Junho, e do Decreto n.º 40/94, de 13 de Setembro, no concernente aos serviços portuários relativos à actividade de estiva e demais legislação que contrariem o presente decreto.

Art. 4. As empresas que actualmente exploram a actividade de estiva por virtude de inscrição nos termos da legislação anterior deverão regularizar a sua situação nos termos do Regulamento anexo a este decreto no prazo de noventa dias a contar da data do entrada em vigor deste diploma.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.

### Regulamento do Exercício da Actividade de Estiva nos Portos Comerciais Nacionais

#### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

##### ARTIGO 1

(Definição)

Para os efeitos do presente Regulamento entende-se por:

1. *Autoridade marítima e portuária* — Instituição do Estado cu Orgão público que regula, supervisa e fiscaliza o exercício da actividade de estiva.
2. *Concessionário portuário* — Entidade que explora os serviços portuários por concessão, directa ou indirecta do Estado.
3. *Titular da licença* — Pessoa singular ou colectiva autorizada a exercer a actividade de estiva.
4. *Estiva* — A execução de todas operações de manuseamento de carga, a bordo das embarcações, atracadas ou fundeadas nas áreas dos portos, para isso fixadas incluindo a utilização dos equi-

pamentos e aparelhos próprios para manuseamento de carga e aplicação dos dispositivos necessários à sua instalação e fixação nos locais atribuídos de modo a satisfazer as normas de segurança aplicáveis, bem como, a abertura e encerramento dos porões e ainda todas as formalidades, em terra, necessárias a estas operações, excluindo carga ou descarga efectuadas nos tabuleiros e nos armazéns portuários.

## CAPÍTULO II

### Licenciamento

#### ARTIGO 2

##### (Exercício da actividade)

1. O acesso ao exercício da actividade de estiva depende de licenciamento nos termos do presente Regulamento.

2. A actividade de estiva só pode ser exercida por pessoas singulares ou colectivas que ofereçam garantias de capacidade técnica e financeira para a sua execução.

#### ARTIGO 3

##### (Processo de licenciamento)

1. O pedido de licenciamento da actividade de estiva é dirigido ao Ministro dos Transportes e Comunicações devendo ser apresentado na Direcção Nacional da Marinha e Portos ou na Direcção Provincial dos Transportes e Comunicações onde o requerente tiver domicílio profissional ou sede.

2. O requerente da licença deverá indicar o porto ou portos em que pretende exercer a actividade de estiva.

3. São os seguintes os documentos que devem acompanhar o requerimento para o pedido de licenciamento:

- a) Escritura pública da sociedade onde conste como objecto ou um dos seus objectos, a exploração de actividades de estiva, tratando-se de pessoa colectiva;
- b) Documento comprovativo de empresa em nome individual do ramo de actividades de estiva, no caso de se tratar de pessoa singular.

4. A decisão sobre o pedido de licenciamento é proferida no prazo de trinta dias a contar da data da entrada do pedido.

#### ARTIGO 4

##### (Caução)

1. Concedida a autorização será a empresa notificada do respectivo despacho para, no prazo de sessenta dias, fazer provas de ter prestado caução no valor de 50 000 000,00 MT a favor do Ministério dos Transportes e Comunicações, mediante depósito bancário ou outra garantia bancária em instituição financeira com sede em Moçambique.

2. A garantia só poderá ser liberada desde que se mostrem satisfeitos os pagamentos que forem devidos por parte da entidade licenciada.

#### ARTIGO 5

##### (Alvará)

1. A licença será passada sob a forma de Alvará, observando-se quanto à validade da mesma o prazo de dez anos, prorrogáveis por igual período a pedido do titular.

2. O Alvará não pode, em caso algum, ser transmitido a terceiros, sem permissão, sob pena de revogação.

#### ARTIGO 6

##### (Caducidade da licença)

A licença caduca:

- a) No caso da entidade licenciada não iniciar actividade no prazo de seis meses a contar da data de notificação do despacho de autorização, salvo justificação aceite pela entidade licenciadora;
- b) Findo o prazo de validade;
- c) Por dissolução, falência ou outra causa extintiva da entidade licenciada;
- d) Suspensão injustificada da actividade por período superior a noventa dias

#### ARTIGO 7

##### (Vistoria)

1. Antes de iniciar a actividade, a empresa deverá requerer ao Ministro dos Transportes e Comunicações a vistoria das instalações e do equipamento.

2. A violação do disposto no número anterior será punida com a multa prevista no artigo 17, seguida da suspensão do exercício da actividade por três meses.

#### ARTIGO 8

##### (Comissão técnica de vistorias)

1. A vistoria, coordenada pelos elementos designados do Ministério dos Transportes e Comunicações, é feita por uma Comissão composta de representantes das autoridades cuja participação se torne necessária.

2. Pelo serviço de vistoria será lavrada Auto e cobrados emolumentos a fixar por diploma ministerial conjunto dos Ministros dos Transportes e Comunicações e do Plano e Finanças.

#### ARTIGO 9

##### (Inspeção e fiscalização)

A inspecção e fiscalização da actividade de estiva são asseguradas pelas Autoridades Marítimas e Portuárias.

#### ARTIGO 10

##### (Exercício ilegal da actividade de estiva)

O exercício ilegal da actividade de estiva será punido com multa prevista no artigo 17, independentemente do procedimento criminal que possa caber.

#### ARTIGO 11

##### (Taxas e emolumentos)

1. Pela prática de diversos actos, nomeadamente autorização para o exercício e início da actividade, mudança do local das instalações, transmissão e cessão de exploração, vistorias, registos e passagem de Alvará, serão devidas taxas e emolumentos a definir por diploma ministerial conjunto dos Ministros dos Transportes e comunicações e do Plano e Finanças.

2. O concessionário portuário celebrará com os titulares de licenças de estiva contratos para a utilização das suas infra-estruturas, instalações e equipamentos para efeitos de trabalhos de estiva.

#### ARTIGO 12

##### (Destino das receitas provenientes das taxas)

As taxas a serem cobradas pela entidade licenciadora darão entrada na arrecadação de Finanças por guia modelo B, revertendo:

- 70 por cento para o Estado;
- 30 por cento para o órgão emissor do Alvará.

## CAPÍTULO III

## Deveres e direitos dos titulares de licenças de estiva

## ARTIGO 13

## (Deveres dos titulares de licenças)

São deveres dos titulares de licenças:

- a) Exercer a actividade com competência, de acordo com as instruções do capitão da embarcação;
- b) Utilizar equipamento necessário ao exercício da sua actividade, de acordo com as características do porto, progressos da técnica e normas fixadas pelo concessionário portuário;
- c) Executar todas as formalidades em terra para a boa e completa execução da estiva;
- d) Ter ao seu serviço pessoal necessário e devidamente habilitado ao exercício da actividade da estiva;
- e) Cumprir as recomendações do concessionário portuário com vista a melhorar a eficiência das operações de estiva;
- f) Cumprir as normas que disciplinam o trabalho do pessoal de estiva;
- g) Contribuir para a formação técnica do pessoal de estiva.
- h) Não se opor ou dificultar a inspecção e fiscalização das actividades de estiva pelas autoridades competentes.

## ARTIGO 14

## (Direitos dos titulares de licenças)

Constituem direitos dos titulares de licenças:

- a) Celebrar directamente com os concessionários portuários, armadores, fretadores e afretadores contratos de prestação de serviços de estiva;
- b) Exercer a sua actividade dentro dos princípios definidos neste Regulamento e pelas normas do concessionário portuário;
- c) Ser ressarcido pelo concessionário portuário, pelos prejuízos sofridos pela violação das normas do presente Regulamento;
- d) Apresentar ao concessionário portuário as sugestões necessárias à obtenção de maior eficiência dos serviços dos portos.

## CAPÍTULO IV

## Penalidades

## ARTIGO 15

## (Tipos de sanções)

A violação das normas reguladoras da actividade de estiva pelo titulares de licenças será punida por uma das seguintes sanções:

- a) Multa;
- b) Suspensão da licença;
- c) Revogação da licença.

## ARTIGO 16

## (Multas)

1. Os factos praticados com violação das obrigações impostas no presente diploma, serão considerados transgressões e sujeitos a multa.

2. O prazo para o pagamento da multa é de dez dias a contar da data de notificação.

3. Será promovida a cobrança coerciva, no caso de não pagamento da multa no prazo fixado.

## ARTIGO 17

## (Gradação das multas)

1. As multas a aplicar serão graduadas de 5 000 000,00 MT a 50 000 000,00 MT de acordo com a gravidade de infracção.

2. Compete ao Ministro dos Transportes e Comunicações definir por diploma ministerial os critérios e gradação das multas.

## ARTIGO 18

## (Destino das receitas das multas)

O destino das receitas provenientes da cobrança de multa será definido por diploma ministerial conjunto dos Ministros dos Transportes e Comunicações e do Plano e Finanças.

## ARTIGO 19

## (Suspensão de licenças)

No caso de incumprimento reiterado ou violação grave das normas contidas no presente Regulamento e demais legislação aplicável, o Ministro dos Transportes e Comunicações pode determinar a suspensão da licença até noventa dias.

## ARTIGO 20

## (Revogação de licenças)

A licença concedida poderá ser revogada pelo Ministro dos Transportes e Comunicações quando se verifique um dos seguintes casos:

- a) Exercício não regular da actividade, em violação do presente Regulamento;
- b) Prática de actos lesivos à economia nacional;
- c) Transmissão do Alvará a terceiros sem a devida permissão.

## CAPÍTULO V

## Disposições finais e transitórias

## ARTIGO 21

## (Actualização da caução e das multas)

Os valores da caução e das multas previstas nos artigos 4 e 17 deste Regulamento, serão actualizados por diploma ministerial conjunto dos Ministros dos Transportes e Comunicações e do plano e Finanças sempre que os indicadores inflacionários assim o exigirem.

## Decreto n.º 6/93

de 3 de Março

Com a adopção da actual Constituição da República e a subsequente aprovação das Leis n.ºs 10/91, de 30 de Julho, e 10/92, de 6 de Maio — Estatuto dos Magistrados Judiciais e Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, respectivamente, estabeleceu-se um novo quadro legal atinente à afirmação da independência dos órgãos judiciais.

Tornando-se necessário adequar a organização e funcionamento do Cofre privativo dos tribunais aos princípios preconizados nos diplomas legais citados, o Conselho de